

N.F. Nº - 087034.0053/18-8  
NOTIFICADO - O TORRES  
NOTIFICANTE - OSMAR SOUZA OLIVEIRA  
ORIGEM - INFAZ IRECÊ  
PUBLICAÇÃO – INTERNET – 06.07.2021

#### 6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

#### ACÓRDÃO JJF Nº 0193-06/21NF-VD

**EMENTA: MULTA.** DEIXOU DE ENTREGAR OS ARQUIVOS ELETRÔNICOS DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL- EFD NOS PRAZOS PREVISTOS NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA. Restou comprovado nos autos que a Notificada entregou os arquivos das EFD's em relação aos meses de junho a setembro de 2018 todos no mês de novembro em desacordo com o artigo 250 §2º do RICMS, por isso, foi aplicada a penalidade estabelecida em lei. Infração subsistente. Instância única Notificação Fiscal. **PROCEDENTE.** Decisão unânime.

#### RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em epígrafe, no Modelo Fiscalização de Estabelecimento, lavrada em 25/12/2018 exige da Notificada multa no valor histórico de R\$5.520,00, mais acréscimo moratório no valor de R\$125,44, perfazendo um total de R\$5.645,44, em decorrência do cometimento de uma única infração cujo o período apuratório se fez nos meses de junho a setembro de 2018:

Infração 01 – 16.14.02: Deixou o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD nos prazos previstos na legislação tributária.

Enquadramento Legal: artigo 250 §2º do RICMS, aprovado pelo Decreto 13.780/12. Multa tipificada no art. 42, inciso XIII-A, alínea “L” da Lei 7.014/96.

A Notificada se insurge contra o lançamento, através de seu representante, manifestando impugnação apensada aos autos (fls. 17 e 18), e documentação comprobatória às folhas 19 a 22, protocolizada na CORAP NORTE/PA SAC IRECÊ na data de 29/01/2019 (fl. 16).

Em seu arrazoado, a Notificada defende que para todos os fins de Direito foram transmitidas as Escriturações Fiscais Digital – EFD referente aos meses de Junho/2018; Julho/2018; Agosto/2018 e Setembro/2018 e apresenta neste ato, documentos para consulta e análise os recebidos de entrega das EFDs dos meses dos supracitados meses como prevê o art. 237 do RICMS/2012.

Finaliza solicitando a isenção das multas porque os mencionados recebidos demonstram que não houve omissões de entrega do SPED-ICMS/IPI.

O Notificante, em sua Informação Fiscal (fl. 24), pronuncia, em relação à defesa apresentada que a peça produzida relata que foi transmitida a Escrituração Fiscal Digital – EFD referente aos meses de junho a setembro de 2018 e apresenta os recebidos de entrega, solicitando a isenção das multas por considerar que não houve omissão de entrega.

Explana nas razões para a manutenção da Notificação Fiscal que as penalidades pela falta de entrega no prazo regulamentar dos arquivos eletrônicos da Escrituração Fiscal Digital – EFD referentes aos meses de junho a setembro de 2018 são devidas considerando as informações obtidas no Sistema INC (Informação do Contribuinte) e no Relatório Resumo de Arquivos EFD, em anexo.

Remata que para assegurar o recebimento das multas devidas à Fazenda Pública Estadual, solicito aos Senhores Julgadores a procedência total da Notificação Fiscal.

Distribuído o Processo Administrativo Fiscal - PAF para esta Junta, fiquei incumbido de apreciá-lo. Entendo como satisfatórios para formação do meu convencimento os elementos presentes nos autos, estando o PAF devidamente instruído. É o relatório.

### VOTO

A Notificação Fiscal em epígrafe, no Modelo Fiscalização de Estabelecimento, lavrada em 25/12/2018 exige da Notificada multa no valor histórico de R\$5.520,00, mais acréscimo moratório no valor de R\$125,44, perfazendo um total de R\$5.645,44, em decorrência do cometimento da infração (16.14.02) de deixar o contribuinte de efetuar a entrega do arquivo eletrônico da Escrituração Fiscal Digital – EFD nos prazos previstos na legislação tributária cujo o período apuratório se fez nos meses de junho a setembro de 2018:

O enquadramento legal utilizado baseou-se no artigo 250 §2º do RICMS, aprovado pelo Decreto 13.780/12 e multa tipificada no art. 42, inciso XIII-A, alínea “L”, da Lei nº 7.014/96.

Inicialmente, constato que apesar de não ter sido arguida questão específica de nulidade, o presente lançamento foi efetuado de forma compreensível, foram indicados os dispositivos infringidos e da multa aplicada relativamente às irregularidades apuradas, não foi constatada violação ao devido processo legal e a ampla defesa, sendo o imposto e sua base de cálculo apurados consoante os levantamentos e documentos acostados aos autos, e não se encontram no presente processo os motivos elencados na legislação, inclusive os incisos I a IV do art. 18 do RPAF-BA/99, para se determinar a nulidade da Notificação Fiscal.

A Notificada alegou, no mérito, que foram transmitidas as EFDs referente aos meses de Junho/2018; Julho/2018; Agosto/2018 e Setembro/2018 e apresenta os recebidos de entrega das EFDs referente aos meses dos supracitados meses como prevê o art. 237 do RICMS/2012.

Já o Notificante, em sua Informação Fiscal, diz que as penalidades pela falta de entrega no prazo regulamentar dos arquivos eletrônicos da Escrituração Fiscal Digital – EFD referentes aos meses de junho a setembro de 2018 são devidas considerando as informações obtidas no Sistema INC (Informação do Contribuinte) e no Relatório Resumo de Arquivos EFD, em anexo.

Verifico que a lide se fez em relação à falta de entrega no prazo regulamentar da Escrituração Fiscal Digital – EFD referente aos meses de junho a setembro de 2018.

Neste sentido tem-se que a Escrituração Fiscal Digital é um arquivo digital, de uso obrigatório para os contribuintes do ICMS e/ou do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Ela reúne um conjunto de registros de apuração de impostos, referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte, e ainda documentos fiscais e outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

A EFD deve ser enviada mensalmente, em acordo com a Legislação do Estado da Bahia no artigo 250 §2º do RICMS, aprovado pelo Decreto de nº 13.780/12, até o dia 25 do mês subsequente, com os registros da movimentação econômica do mês anterior.

*Art. 250. O arquivo da EFD deverá ser transmitido ao Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), instituído pelo Decreto Federal nº 6.022, de 22/01/2007, e administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, no endereço “<http://www.receita.fazenda.gov.br/sped/>”, e será considerado válido após a confirmação de recebimento pelo Programa Validador e Assinador (PVA).*

(...)

*§ 2º O contribuinte deverá transmitir arquivo de EFD, por estabelecimento, até o dia 25 do mês subsequente ao do período de apuração, ainda que não tenham sido realizadas operações ou prestações nesse período.*

Assim, compulsando os autos, constatei que os recibos de entrega da EFD, apresentados pela Notificada, às folhas 19 à 22, referentes aos meses de junho a setembro de 2018, comprovam a extemporaneidade da entrega afora do prazo regulamentar, uma vez que foram transmitidas todas no mês de novembro de 2018.

Isto posto, acato o opinativo do Notificante e voto pela PROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **PROCEDENTE**, a Notificação Fiscal nº **087034.0053/18-8**, lavrado contra **O TORRES**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$5.520,00** prevista no art. 42, inciso XIII-A, alínea “L” da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 18 de junho de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES - PRESIDENTE/JULGADOR

ARIVALDO LEMOS DE SANTANA – JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS - RELATOR